

A VIABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DA IMPLANTAÇÃO DO SUBCOMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACHADO

Luiz Flávio REIS FERNANDES⁽¹⁾

Professor do Instituto Federal do Sul de Minas campus Inconfidentes-MG. Mestre pela Universidade Federal de Itajubá-MG. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Resíduos Sólidos – GPRES/IFSULDEMINAS.

Ana Carolina REIS GUEDES

Técnica em Meio Ambiente, Bióloga, Pós-Graduada Universidade Federal de Lavras

Endereço⁽¹⁾: Praça Tiradentes, 416, Centro. Inconfidentes, Minas Gerais, CEP 37.576-000. Fone: (35) 3464-1188. e-mail: luiz.flavio@ifs.ifsuldeminas.edu.br

RESUMO

A crescente preocupação com os recursos hídricos tem exigido das comunidades e dos órgãos ambientais maior atuação no trabalho de preservação e conservação dos corpos d'água. Para que tal fato ocorra, é necessária adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, tendo os comitês de bacia como uma das principais ferramentas para a manutenção sustentável das atividades na bacia. Diante da idéia de obter água de boa qualidade, garantindo tratamento mais barato para o consumo humano, proporcionando peixes como forma de alimento para pescadores e famílias ribeirinhas, esgoto tratado sem emitir poluentes em corpos d'água e turismo para as cidades, o foco do presente trabalho é estudar a viabilidade do subcomitê de bacia hidrográfica do Rio Machado. Para que o subcomitê possa ser implantado é necessário obedecer algumas leis e seguir alguns critérios como indicação e direcionamento de um comitê já em funcionamento para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), porém observou-se a viabilidade de implantação do subcomitê do Rio Machado em função das características do uso e ocupação da bacia.

PALAVRAS-CHAVE: Comitê de Bacias, Bacia Hidrográfica, Recursos Hídricos, Rio Machado.

INTRODUÇÃO

Diante da grande necessidade de preservação dos recursos hídricos bem como toda a forma de vida que compõe o ecossistema aquático, surge a necessidade de criar mecanismos e ferramentas que objetivam a manutenção do equilíbrio ambiental para garantir sustentabilidade para as espécies.

Com a criação da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil, surgiram diversos dispositivos para o gerenciamento dos Recursos Hídricos, dentre eles: a cobrança pelo uso da água, a outorga do uso da água e a criação dos comitês de bacias hidrográficas.

Para que o gerenciamento dos recursos hídricos ocorra, é necessário adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, onde todos os fenômenos e atividades ocorridas nesse espaço geográfico podem ser mensurados e qualificados, para que, finalmente, possa ser proposto medidas mitigadoras dos impactos negativos e medidas potencializadoras dos impactos positivos.

Dentre os diversos atores que devem realizar a gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas, tem-se os comitês de Bacia, cujas são, entre outras: promover debates, sugerir providências, arbitrar conflitos, sugerir valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos.

Os comitês são compostos por representantes do poder público e da iniciativa privada e têm como finalidade a preservação e conservação das bacias as quais os comitês fazem parte.

Para que a gestão dos recursos hídricos ocorra, deve-se levar em conta a descrição sobre o que é Bacia Hidrográfica, quais as principais unidades de planejamento brasileiras, a importância das mesmas no sentido econômico e social, avaliar os processos de outorga e cobrança do uso das águas que são requisitos básicos para a formação dos comitês.

É evidente a funcionalidade ambiental de um comitê, podendo citar como exemplo o comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, criado em 25 de novembro de 1994, que realiza e propõe estudos para que a melhoria da qualidade e da quantidade de água na bacia. E enfim, exemplos de alguns comitês que funcionam, especialmente em Minas Gerais, e dar um enfoque no projeto da criação de um subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Machado, focando a valorização dos recursos ambientais da cidade de Machado que estão relacionados à utilização das águas do Rio.

METODOLOGIA UTILIZADA

A bacia hidrográfica é delimitada por um divisor de águas, sendo um conjunto de terras drenadas pelo rio principal e seus afluentes (e subafluentes). É importante adotá-lo como unidade de planejamento, pois com seus limites definidos, é mais fácil a aplicação de metas estabelecidas para as bacias.

Dentre outras, a bacia hidrográfica é importante para irrigação na agricultura e abastecimento de água à população.

A nascente do Rio Machado fica em Congonhal (Sítio Cabeceira do Machado, no bairro Bocaína), com latitude: S 22° 04' 48 5" e Longitude: W 46°00'35 4". O Rio deságua na Represa de Furnas entre as cidades de Alfenas (Bairro Matão) e Paraguaçu (Bairro Chico dos Santos). Sua extensão é de 139,6 Km. Suas principais culturas são batata, morango (Alto Rio Machado), café, fumo, tomate e milho. Sua pecuária engloba bovinocultura (leite), suinocultura (de subsistência) e avicultura. É utilizado para energia hidroelétrica (Cachoeira Grande – CEMIG), com capacidade de 9000 Mega – Watts com três turbinas; Irrigação; Fonte de alimentos para consumo humano; Lazer; Toda água consumida pela população de Machado; Extração de areia e argila. (ASPARMA, 2006).

Na TABELA 1 que apresentada as cidades banhadas pela bacia hidrográfica do Rio Machado, a população dos municípios, bem como sua área e o uso do solo na ocupação de culturas agrícolas pode ser observada que a partir dos usos do solo existem potenciais conflitos do uso da água. Esses conflitos acontecem por diversos usuários necessitarem de demandas diferentes de água e conseqüentemente fontes de despejo com características físicas, químicas e biológicas diferentes.

TABELA 1 – Caracterização da bacia hidrográfica do Rio Machado – Fonte: IBGE, 2010

Cidade	População em 2009	Área (Km ²)	Lavouras Permanentes em 2008 (ha)	Lavouras Temporárias em 2008 (ha)
Congonhal	10261	206	271	880
Espírito Sto. Dourado	4471	264	1560	1425
Ipuiuna	9549	299	5	5176
São João da Mata	2981	121	1020	802
Poço Fundo	15916	474	5595	1642
Campestre	20854	577	13617	4905
Machado	39509	584	15166	7275
Paraguaçu	20429	425	6812	7888
Alfenas	75214	848	14419	12974
Carvalhópolis	3380	81	1545	491
Fama	2259	86	1540	764

Algumas conseqüências para o Rio Machado em relação às suas utilidades: recebe grande quantidade de resíduos agrotóxicos das lavouras; recebe esgoto das cidades de Poço Fundo e Machado; destruição das matas ciliares; assoreamento; pesca predatória durante a piracema e caça de animais.

A Lei 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos institui modelos de atuações dos comitês de bacias, que são órgãos colegiados com objetivo de deliberar e normatizar diretrizes nas bacias e sub-bacias dos corpos d'água no Brasil. Essa mesma lei estabelece atribuições aos comitês e informa que esses órgãos devem promover debates, sugerir providências, arbitrar conflitos, sugerir valores e apoiar o IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) na outorga e cobrança a serem determinados pelo uso dos recursos hídricos.

Para a formação do subcomitê de bacia hidrográfica do Rio Machado é necessário que haja um encaminhamento de um comitê já formado para que o subcomitê seja formado, nesse caso, tem-se que o encaminhamento em questão deverá ser feito pelo Comitê de Bacia do Rio Sapucaí ou pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas.

Após esse encaminhamento é seguido ao IGAM que incentiva a formação, aprova e direciona para o governador do Estado para que o subcomitê possa ser instituído.

A Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO) foi criada para atuar na área de sustentabilidade econômica e a preservação ambiental nos municípios limieiros banhados pelo lago, além de planejar o desenvolvimento regional, coordenar ações conjuntas, apresentar encantos turísticos, descobrir trilhas e roteiros, orientar empreendimentos e preservar os recursos naturais (ALAGO, 2003).

Embora a ALAGO seja uma associação, onde os municípios se unem principalmente por questões políticas e econômicas, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, houve uma requisição para adotá-la como comitê de Bacia Hidrográfica que tem a responsabilidade de cuidar tudo o que envolve a preservação das águas, que pensando bem, vai a favor dos interesses da associação que visa a parte financeira que o turismo favorece.

A formação de um subcomitê na Bacia Hidrográfica do Rio Machado deve ser pautada na interação entre as ferramentas da Gestão Ambiental que são a participação da sociedade, legislação ambiental e políticas públicas de Meio Ambiente onde a preservação e a conservação devem beneficiar a população e entidades envolvidas que possuem interesses diretos e indiretos. Mas pra que isso aconteça e que todos venham colher os frutos futuramente, precisa-se de trabalho, esforço, dedicação e conscientização desde a população às entidades municipais para que unidos consigam esta vitória para os municípios envolvidos podendo proporcionar água em qualidade e quantidade suficiente para abastecimento das atividades usuárias de água na bacia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO). Disponível em [http:// www.alago.org.br/nova/mapa.php](http://www.alago.org.br/nova/mapa.php). Data de acesso: 10 de outubro de 2007.
2. Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Machado (ASPARMA). Disponível em <http://www.asparma.com.br/riomachado.html>. Data: 20 de novembro de 2007.
3. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 9433, de 8 de janeiro de 1997. Estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos.
4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em [http:// www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1). Data de acesso: 23 de agosto de 2010.